

RADICALIZANDO A POLÍTICA: A CRÍTICA DE MARIGHELLA ÀS POSIÇÕES DO PCB NO IMEDIATO PÓS 64.

Muniz Ferreira¹

RESUMO: O artigo examina o desenvolvimento das formulações teórico-políticas do revolucionário Carlos Marighella no período 1965-1967. O ponto de partida do desenvolvimento de tais elaborações é a crítica dirigida à orientação política colocada em prática pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) nos meses que sucederam ao *putsch* militar de 1964. Tal interpelação política, exposta de forma minuciosa no livro *Por que resisti à prisão* (1965), evoluiria posteriormente para a contestação dos próprios fundamentos da estratégia política dos comunistas, em particular, sua admissão da possibilidade de um desenvolvimento pacífico da revolução brasileira. Em textos posteriores como *A crise brasileira* (1966), *Carta à executiva* (1966), *Ecletismo e marxismo* (1967) completa-se o processo de ruptura política de Marighella com o partido comunista e a sua adesão plena ao projeto da guerra de guerrilhas latino-americana, documentado também em suas “cartas de Havana” dirigidas ao Comitê Central do PCB (17/08/67) e a Fidel Castro (18/08/67).

Palavras Chave: PCB – Marighella – Ruptura – Revolução Brasileira.

ABSTRACT: This article examines the development of the political and theoretical formulations of the revolutionary Carlos Marighella, during the years 1965-1967. The starting point for the development of such elaborations was the criticism directed at the political orientation put in practice by the Brazilian Communist Party (PCB) in the months that followed the 1964 military *putsch*. Such political interpellation, exposed in detail in the book **Por que resisti à prisão** (1965), would evolve later to challenge the very foundations of the political strategy of the Communists, in particular, their admission of the possibility of a peaceful development of the Brazilian revolution. In later texts like “A crise brasileira”(1966), “Carta à Executiva” (1966), “Ecletismo e Marxism” (1967), Marighella completes the process of political rupture with the Communist Party and its full adhesion to the project of guerrilla warfare in Latin American, also documented in their “Cartas de Havana” addressed to the Central Committee of the PCB (17/08/67) and Fidel Castro (18/08/67).

Key Words: PCB – Marighella – Rupture – Brazilian Revolution.

O golpe civil-militar ocorrido em 1964 pegou de surpresa o conjunto das forças políticas democráticas e progressistas da sociedade brasileira. Apesar de previsível – à luz do acirramento das contradições político-sociais e da inquietação reinante junto aos círculos mais conservadores da cúpula militar no momento imediatamente anterior –, o evento surpreendeu por sua intempestividade e, mais ainda, pela tranqüilidade com que foi concebido e desfechado. Facilitado pela desorientação e conseqüente paralisia das

¹ Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ.

forças de sustentação do governo Goulart e dos movimentos populares, o movimento pôde triunfar e estabelecer-se placidamente no poder, sem ter de enfrentar qualquer resistência significativa tanto na sociedade política quanto na sociedade civil. Um dos resultados diretos de tal acontecimento foi à deflagração de uma *crise* no interior da mais antiga e influente organização política da esquerda brasileira de então: o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Atingidos pela voragem repressiva que se abateu sobre as forças mais visíveis e ativas do bloco político que lutava pelas reformas de base, dirigentes e militantes do *partidão* viram passar 12 meses até que estivessem reunidas as condições de segurança e organização necessárias à reunião do Comitê Central que elaborou a primeira Resolução Política de avaliação das causas e das implicações do golpe militar de abril. Tal avaliação adotou um forte tom autocrítico. Foram denunciadas as “ilusões de classe” alimentadas pelo partido quanto à possibilidade de realização de seus objetivos, sem a resistência dos círculos reacionários das classes dirigentes brasileiras. Foi estigmatizado o “reboquismo” dos comunistas face aos setores da burguesia nacional que conduziam o processo político. Reprovou-se, sobretudo, a “falsa confiança” depositada no chamado dispositivo militar de sustentação ao governo Goulart². Porém, não apenas os “desvios de direita” na implementação da política do partido (e não obviamente a essência desta política) foram submetidos a uma apreciação crítica, manifestações de estreiteza e subjetivismo político também foram apontadas como co-responsáveis pelo despreparo do PCB para o enfrentamento do golpe: “Nossa atividade em relação ao governo de Goulart era orientada, na prática, como se sua política fosse inteiramente negativa. (...) Nossa oposição ao governo adquiria o sentido de luta contra um governo entreguista, com o objetivo principal de desmascará-lo perante as massas.”³ Para além das críticas a tais manifestações de “esquerdismo” realizava-se também, de forma bastante significativa, uma tentativa de ajuste de contas com o menosprezo pela democracia subjacente a certas ações dos comunistas brasileiros: “Deixamos de lado o fato de que o próprio avanço do processo democrático ameaçava os privilégios dos monopólios estrangeiros, dos latifundiários e da grande burguesia entreguista, que ainda possuíam fortes posições”⁴ Tal ensaio de reconhecimento da centralidade da questão democrática

² Ver *Resolução Política do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro*, in Edgar Carone, O P.C.B. – 1964 a 1982. São Paulo, DIFEL, 1982, p. 24.

³ Idem, p. 25.

⁴ Idem, pp 25-26.

para a realização das tarefas de caráter nacional e social se completava em uma extensa e contundente invectiva contra as sobrevivências golpistas e vanguardistas na práxis política da militância comunista:

“Na raiz de nossos erros está uma falsa concepção, de fundo pequeno-burguês e golpista, da revolução brasileira, a qual se tem manifestado de maneira predominante nos momentos decisivos de nossa atividade revolucionária, *independentemente da linha política, acertada ou não, que tenhamos adotado* (grifo meu, M.F.). É uma concepção que admite a revolução não como um fenômeno de massas, mas como resultado da ação de cúpulas ou, no melhor dos casos, do Partido. Ela imprime à nossa atividade um sentido imediatista, de pressa pequeno-burguesa, desviando-nos da perspectiva de uma luta persistente e continuada pelos nossos objetivos táticos e estratégicos, através do processo de acumulação de forças e da conquista da hegemonia pelo proletariado.”⁵.

É contra tal avaliação da atividade do partido e das forças progressistas no momento que antecedeu o golpe civil-militar que Carlos Marighella toma posição em seu livro *Por que resisti à prisão* de 1965.

Nas três décadas de sua militância política que antecederam ao golpe militar de 1964, Marighella mostrara-se um disciplinado e devotado militante e dirigente político do partido dos comunistas brasileiros. Devoção e disciplina que podem ser deduzidos da observação de sua trajetória como reorganizador do PCB em São Paulo, na seqüência do desmantelamento das estruturas do partido pela repressão estado-novista e pela dissidência encabeçada por Hermínio Sacchetta.⁶ Iguais demonstrações de fidelidade e comprometimento para com a linha política e a organização de seu partido seriam concedidas por Marighella nas décadas subsequentes, seja quando do exercício de seu mandato parlamentar nos anos de 1946-1948, ou no retorno à vida e à militância

⁵ Idem, *ibidem*, p. 26. O que pretendo destacar com a passagem grifada é o caráter *defensivo* da formulação da maioria do Comitê Central do PCB neste momento. A par com o equilíbrio e a sobriedade de sua apreciação das causas do golpe, manifesta-se a tentação de resguardar a integridade da linha política, estando ela “acertada ou não”, dos “desvios” “imediatistas”, “golpistas” e vanguardistas verificados nos momentos de sua *implementação*.

⁶ A dissidência comunista liderada pelo jornalista Hermínio Sacchetta foi deflagrada no final do ano de 1937 e consumada, com a defecção de Sacchetta e seu grupo das fileiras do partido, em meados de 1938. Sua motivação visível foi a oposição dos dissidentes à política eleitoral adotada pelo Comitê Central do PCB em relação às eleições presidenciais previstas para janeiro de 1938, frustradas em razão do golpe de 10 de novembro de 1937. Sobre o episódio pode ser consultada a obra de Emiliano José: *Carlos Marighella, o inimigo número um da ditadura militar*, São Paulo, Sol e Chuva, 1997, bem como a introdução escrita por Jacob Gorender à coletânea de artigos de Hermínio Sacchetta: *O caldeirão das bruxas e outros ensaios*, São Paulo, Perseu Abramo, 1996. Um relato literário, bastante controvertido, acerca do episódio pode ser encontrado na obra de Jorge Amado, *Os subterrâneos da liberdade*.

clandestina Brasil afora, ou, principalmente, no posicionamento em face de outro movimento dissidente conhecido pelo PC na virada dos anos 60, exatamente o que deu origem ao PC do B. Tendo representado oficialmente o Partido Comunista em uma viagem à China no ano de 1953 e apreciado a via revolucionária chinesa, Marighella ainda foi capaz de conceder, poucos anos antes do golpe de 64, mais um exemplo de sua valorização da unidade orgânica dos comunistas, recusando-se a se incorporar àquela cisão caracterizada por uma forte simpatia pelas orientações da liderança chinesa. Por tais razões, as motivações determinantes de sua ruptura com a orientação política defendida pela maioria do Comitê Central do PCB e sua transformação em um dos mais importantes líderes das várias dissidências sofridas por aquele partido na segunda metade dos anos 60 constituem um importante tema de investigação. Sem pretender esgotar, ou mesmo abordar exaustivamente tal problema, farei menção às interpretações de alguns autores que se ocuparam da questão.

Coube a Jacob Gorender caracterizar pioneiramente a dissidência de Marighella como um movimento processual. Segundo o autor de *Combate nas trevas*, o descolamento de Marighella frente à política do Partido Comunista Brasileiro ocorreu como resultado de sua sistemática desilusão para com as propostas de enfrentamento da realidade gerada pelo golpe, por parte da corrente hegemônica na direção do Partido. Tal processualidade manifestar-se-ia, segundo Gorender, na própria redação de sua primeira grande obra de polêmica com a maioria do Comitê Central, *Por que resisti à prisão*, de 1965, livro este determinante para o recrudescimento de sua postura crítica à posição majoritária na reunião do Comitê Central que aprovou a *Resolução Política* de maio de 1965:

“O volume tem 141 páginas divididas em dezoito capítulos, dos quais os dois últimos exibem flagrante discrepância em relação aos anteriores. Parece correto presumir que os dezesseis primeiros capítulos foram redigidos antes da reunião de maio do Comitê Central, ao passo que os dois últimos registram reflexões suscitadas pela reunião.”⁷

De acordo com esta análise, as interpelações de Marighella, na maior parte da obra, ainda se circunscreviam aos espaços e à dinâmica interna da discussão no seio do CC, exibindo cautela nas elaborações críticas e até referências protocolares à figura do

⁷ Cf. Jacob Gorender, *Combate nas trevas – A Esquerda Brasileira: Das ilusões Perdidas à Luta Armada*, Rio de Janeiro, Ática, 1990, p. 94.

então secretário-geral. Porém, em suas últimas partes, o escrito do revolucionário baiano radicaliza sua contestação à orientação política vigente no partido e antecipa alguns elementos de sua nova perspectiva enquanto defensor da imprescindibilidade do caminho armado da revolução brasileira.

Após o relato pessoal, segue-se a denúncia de crimes e arbitrariedades cometidos pelos novos donos do poder. Em toda esta parte, observa-se a moderação nas proposições críticas à direção do PCB e ainda aparecem os habituais elogios à figura de Prestes.

Já os dois últimos capítulos se desfazem do tom cauteloso e as proposições críticas se aguçam. O texto põe em descrédito a possibilidade do caminho pacífico e condena as ilusões no potencial revolucionário da burguesia nacional. O autor salienta o erro da subestimação do aliado camponês, destaca a lição de Cuba e afirma que a luta revolucionária no Brasil poderá levar ao aparecimento de guerrilhas.

Emiliano José, até aqui o único biógrafo efetivo de Carlos Marighella, se baseia no depoimento prestado por Ana Montenegro, veterana militante comunista e amiga pessoal de Marighella, para explicar sua ruptura com as orientações do partido e sua adesão ao projeto guerrilheiro. Tendo se empenhado quase solitariamente na tentativa de animar uma resistência armada ao golpe contra João Goulart ainda em abril de 64, através da arregimentação de militares legalistas, Marighella jamais se conformaria com a “passividade” manifestada pela direção diante daquele acontecimento, provocado, concluiria ele, pela confiança exagerada do partido na possibilidade de um desfecho pacífico da revolução brasileira. Ademais, ter de contemplar mais uma vez, aos 52 anos de idade e após 30 de militância, uma nova involução radical da política brasileira o teria motivado a investir na forma de resistência mais contundente e, segundo seus adeptos, capaz de produzir resultados eficientes e imediatos em prol da luta revolucionária brasileira: a resistência armada.

Geraldo Rodrigues dos Santos, ex-operário do porto de Santos, parlamentar e dirigente do Partido Comunista, buscou, nos traços da personalidade de Marighella, a explicação de sua discordância do PCB e seu ingresso na luta armada. Descrevendo-o como profundamente humano, apaixonado e impulsivo, afirma que Marighella não teria vislumbrado outro meio de responder à violência reacionária dos militares golpistas senão através da própria violência revolucionária. Nas palavras de Rodrigues dos Santos: “Recordo-me que Marighella, logo após o golpe e antes da realização do VI

Congresso, dissera-me que para fazer a política convencional, marcar ‘pontos’, distribuir material e reunir-se às escondidas, preferia ‘vender gravatas’”. E mais adiante: “Não fosse o seu temperamento impetuoso e o amor devotado ao povo trabalhador mais humilde, talvez ele permanecesse por mais algum tempo conosco, ainda que divergindo como de costume.”

Já Marco Antonio Tavares Coelho, ex-dirigente e parlamentar do PCB, opositor direto de Marighella nos debates travados no seio da direção paulistana do partido nos anos 66-67, avaliou de forma menos condescendente a atuação do dissidente comunista baiano naquele período. Sem deixar de reconhecer, ainda que sumariamente, os méritos pessoais e políticos de Carlos Marighella, enfatizou um certo déficit de equilíbrio nas escolhas políticas realizadas nos últimos anos de vida deste e, particularmente, seu deslumbramento, em face das alternativas foquistas, em consequência de sua passionalidade e impulsividade. Porém, mais do que tudo chama a atenção a importância atribuída pelo memorialista às influências internacionais (no caso, cubanas), para a adesão de Marighella e outros militantes de esquerda ao projeto da guerra de guerrilhas em nosso país.

“Mas sua visão (de Marighella, M.F.) da luta dos comunistas sempre foi marcada pela paixão revolucionária, pelo impulso combativo que não era contrabalançado pela análise fria da realidade no conjunto da vida brasileira. Assim, ficou deslumbrado pela proposta do desencadeamento de ações radicais e violentas promovidas por um pequeno grupo de pessoas de vanguarda, estratégia defendida por Guevara e outros revolucionários latino-americanos. Por isso rompeu com o PCB e junto com um expressivo grupo de militantes organizou a Ação Libertadora Nacional, levantando a bandeira da luta armada contra o regime militar em nosso país. A ALN acabou dizimada pela brutal repressão da ditadura.”⁸

Florestan Fernandes, em um texto pouco conhecido, também apresenta a sua interpretação dos motivos que determinaram o rompimento de Carlos Marighella com o Partido Comunista e seu ingresso na luta armada. Segundo o sociólogo paulista, a opção do revolucionário baiano seria uma decorrência lógica da adoção por este, em sua análise do significado do golpe de 64, de dois elementos conceituais novos e fundamentais: o conceito de *democracia racionada*: “Esse conceito [...] equivale àquilo

⁸ Marco Antonio Tavares Coelho, *Herança de um sonho – as memórias de um comunista*, Rio de Janeiro, Editora Record, 2000, pp 318-319.

que os cientistas sociais denominam democracia restrita, uma democracia que nominalmente defende a todos, mas, na verdade, é monopolizada pelos poderosos”⁹ e o conceito de fascismo militar (“[...] ele preferiu caracterizar como fascismo porque aquele regime nada tinha de democrático e se impunha levar seu desmascaramento até um ponto extremo. Ele acreditava na conceituação forte como ponto de partida da luta beligerante.”¹⁰). As implicações parecem claras. Admitir a existência de duas alternativas clássicas de exercício de poder pelas classes dirigentes brasileiras, sendo elas ou uma *democracia racionada* ou um *fascismo militar*, induzia aqueles interessados em uma opção original a escolher a via da ruptura revolucionária com tal tradição através da luta insurrecional. Pode-se considerar que tal enfoque era tão radical quanto escatológico, uma vez que o objetivo de superação da *democracia racionada* das classes dirigentes tendia a excluir da luta amplos contingentes de representantes políticos das mesmas e até segmentos das massas influenciadas e submetidas à sua direção política. Por outro lado, identificar o *fascismo militar* como o núcleo essencial do regime significava tender a considerá-lo monoliticamente, excluindo de antemão a possibilidade de explorar suas divisões internas e fraturas e atrair para a oposição setores descontentes originários de seu próprio meio.

Talvez a análise mais aguda e melhor embasada historicamente tenha sido a empreendida por João Quartim de Moraes nas páginas da obra coletiva *História do Marxismo no Brasil*. Para Quartim de Moraes, a emergência das formulações de Marighella e das demais proposições dos expoentes da esquerda armada brasileira no período 1965-1967, representa uma inflexão na trajetória teórico-política da esquerda brasileira. Para ele, a evolução histórica da esquerda brasileira teria sido marcada até então pelos esforços de assimilação do marxismo e do leninismo, dos métodos de organização e trabalho político de extração bolchevique e pelos esforços de interpretar adequadamente, em sua dimensão sócio-econômica, a realidade brasileira. O advento das obras de Marighella *Por que resisti à prisão* e *A crise brasileira* representou, para este autor, o desenvolvimento de uma “(...) nova forma de consciência revolucionária

⁹ Cf. Florestan Fernandes, “O pensamento político de Carlos Marighella: A última fase”, in Cristiane Nova e Jorge Nóvoa, *Carlos Marighella – O homem por trás do mito*. São Paulo, Editora Unesp, 1999, p. 207.

¹⁰ Idem, p. 208.

dos marxistas brasileiros: o primado da razão prático-estratégica sobre a razão teórico-econômica”.¹¹

Uma comparação entre a *Resolução Política* do Comitê Central do PCB e *Porque resisti à prisão* de Marighella exibe uma convergência estrutural. Tratam-se de textos radicados na mesma cultura política, neles são empreendidas análises das causas da derrota de 64 essencialmente compatíveis. Entre eles observa-se, contudo, duas distinções fundamentais. A primeira diz respeito ao tom geral imperante e à ênfase na determinação dos erros cometidos pelo partido às vésperas da deflagração do golpe. A segunda se refere à natureza e aos propósitos de cada um dos textos. Enquanto a *Resolução Política* consiste em um texto de orientação político-partidária dirigido prioritariamente à militância comunista e a personalidades e grupos sociais influenciados pelo PCB, o texto de Marighella possui um caráter predominantemente crítico-analítico e de proposição de alternativas para o enfrentamento com o governo surgido do putsch de 1º de abril. Enquanto na *Resolução*, como já foi indicado, há uma apreciação crítica e autocrítica do comportamento do partido (mas não de sua direção, que aparentemente, para os redatores do texto, sempre esteve correta!) no contexto que antecedeu ao golpe, sendo criticados tanto os “desvios” de direita quanto os de esquerda, o livro de Marighella centraliza sua crítica nos “desvios” de direita na implementação da política do Partido. Por outro lado, os primeiros elementos programáticos a sofrerem a interpelação crítica de Marighella são aqueles referentes à *tática*.

Mas o diferencial qualitativo sobre a apreciação crítica da atuação dos comunistas nestes dois documentos diz respeito à responsabilidade atribuída pelo revolucionário baiano à direção do PCB. Subjacente a praticamente todo o livro, tal repertório crítico emerge maciçamente na última seção do livro, intitulada “A nova geração e a liderança marxista”. Em pouco mais de sete páginas, Marighella ensaiava uma análise histórica da atuação dos comunistas brasileiros a partir de 1935. Narrando e, sob certo aspecto, reivindicando o histórico de lutas dos comunistas na sociedade brasileira, inicia sua crítica à “liderança marxista” (ou seja, à direção do PCB), tomando como *leitmotiv* a alegada apreciação errônea desta sobre o papel político desempenhado pelas forças armadas na história do Brasil. Arrolando momentos de retrocesso

¹¹ João Quartim de Moraes (org.) “A evolução da consciência política dos marxistas brasileiros”. In: *História do Marxismo no Brasil* – vol. II, Campinas, editora da Unicamp, 1995, p.84).

autoritário na história do Brasil republicano que contaram com a participação direta ou indireta das forças armadas, Marighella chega a duas conclusões:

“Primeiro: as forças militares, em seu conjunto, são um instrumento do aparelho de Estado para a repressão permanente da expansão das massas em busca da democracia”.

“Segundo: é impossível obter a vitória sem organizar independentemente a força do movimento de massas, por meios ideológicos e materiais, e com o emprego de táticas apropriadas – condições indispensáveis à superação do poder repressivo das forças militares.”¹²

Assim sendo, teria a direção do PCB incorrido em um erro crasso ao depositar confiança num caráter supostamente democrático e patriótico do conjunto das forças armadas (Marighella não negava que alguns de seus integrantes o fossem, mas jamais a instituição!) e desta forma se desarmado “ideológica” e “materialmente” para a resistência a um novo golpe militar. Ocorre que, para Marighella, esta manifestação de “ilusão de classe” derivaria por sua vez de outro “desvio” tático de maior alcance: a crença na possibilidade da realização das reformas de base através, *apenas*, da pressão de massas sobre o Parlamento (segundo Marighella, “refratário a qualquer mudança de estrutura na base econômica do país”). Tal encaminhamento da luta, na opinião do dissidente baiano, colocava o movimento pelas reformas “sob a hegemonia da burguesia nacional”, o que explicava sua derrota praticamente sem resistência:

“A nenhuma resistência organizada ao golpe de 1º de abril, exceto a greve geral, foi o resultado mais sensível do erro tático de confiar na capacidade de direção da burguesia, sem o apelo à organização das massas e à ação e vigilância ‘independentes’.”¹³

Ocorre que a burguesia nacional, definida pelo PCB como integrante do bloco nacional e democrático ao lado do operariado e do campesinato em sua luta comum contra o latifúndio e o imperialismo, caracterizar-se-ia histórica e socialmente pelas tendências à conciliação com as forças reacionárias. Inversamente, sua vacilação e estreiteza de classe em face das “massas populares” (o campesinato e a classe operária) fariam dela um aliado titubeante e temerário, o mais incapacitado possível para a

¹² Carlos Marighella, *Por que resisti à prisão*. São Paulo, Brasiliense, Salvador, EDUFBA, OLODUM, 1995, p. 146.

¹³ *Idem*, p. 148.

liderança da revolução nacional e democrática, objetivo estratégico defendido então pelo PCB e aceito, a princípio sem maiores reparos por Carlos Marighella. Ora, quando Marighella denuncia as vacilações e as tendências à conciliação da “burguesia nacional” tem como alvo de sua crítica o governo de João Goulart e as forças que o apoiavam. Esta postura de radicalidade “esquerdista” na perspectiva da maioria do Comitê Central do PCB, já se manifestara no interior do partido antes do golpe e é objeto de censura, como foi visto, na Resolução Política de maio de 65. Mais ainda, esta postura que expressa uma tomada de posição profundamente crítica face ao governo de Jango – caracterizado como limitadamente progressista e propenso a compromissos com o imperialismo e o latifúndio, em paralelo, é claro, a uma certa valorização de suas tendências reformistas – aparece em *todos* os documentos políticos produzidos pelo PCB durante a vigência do referido governo!¹⁴ Não há, portanto, nas elaborações alternativas de Marighella, qualquer distinção de substância em face das definições táticas adotadas pelo partido. O que há sim é uma diferenciação de ênfase, manifesta na crítica à “burguesia nacional” e na apologia da aliança operário-camponesa, supostamente negligenciada pela “liderança marxista”, bem como o trabalho junto à pequena-burguesia:

“À insuficiência da penetração no campo, alie-se o desprezo pelo trabalho entre a pequena-burguesia, resultado da incompreensão do papel das chamadas camadas médias na revolução. As classes médias tornaram-se o alvo que a reação procura mobilizar contra o proletariado, assustando-se com a propagação da tese falsa de que o marxismo é contra todo e qualquer direito de propriedade.”¹⁵

Carente de quaisquer divergências mais substanciais, o escrito de Marighella representa a prédica de uma implementação contundente das diretrizes políticas mais radicais e confrontacionistas inscritas no programa dos comunistas brasileiros, entre as quais, encontra-se a própria luta armada. Como escrevia o futuro dissidente Jacob Gorender, em artigo dedicado à divulgação das resoluções do V Congresso do PCB:

“Enquanto existir a possibilidade do caminho pacífico, os comunistas tudo farão no que deles dependa, para transformar esta possibilidade em realidade. Ao mesmo

¹⁴ Ver a esse respeito: “Resolução política dos comunistas (dezembro de 1962)”, “os comunistas e a situação nacional (12.07.63)”, “Por um novo governo capaz de adotar soluções imediatas em favor do povo (outubro de 1963)” e “Por um governo que faça as reformas de base (06.03.1964)”. CF. Edgard Carone, O P.C.B. – 1943 a 1964. São Paulo, DIFEL, 1982, pp 250-271.

¹⁵ Idem, p. 149.

tempo, os comunistas não deixam de se manter alertas para o fato de que os inimigos internos e externos da revolução resistirão, por todos os meios ao seu alcance, à perda de suas posições. Em desespero de causa, tais inimigos podem vir a recorrer à violência mais extrema e criar uma situação em que a revolução não teria outra possibilidade de vencer senão através do caminho da luta armada. Os sofrimentos que recaírem sobre as massas, em tal caso, serão de inteira responsabilidade dos inimigos do povo brasileiro.”¹⁶

Emblematicamente redigida por um posterior expoente da chamada *Corrente Revolucionária* e alto dirigente do PCBR, a passagem evidencia o que já fora sugerido anteriormente: que muito longe de procurar *refundar* a política dos comunistas brasileiros, Marighella e outros dissidentes de esquerda do PCB pós-64, pretendiam muito mais implementar a própria política do partido naquilo que ela possuía de mais radical.

¹⁶ Jacob Gorender, “o V Congresso dos Comunistas Brasileiros”, in Edgar Carone, O P.C.B. – 1943-1964, op. Cit; p. 234.